



Centro Universitário de Brasília

A VISÃO DE UM ESTRANGEIRO SOBRE OS AGUDÁS: OS  
*BRASILEIROS* NO GOLFO DO BENIM SOB A PERSPECTIVA DE  
PIERRE VEGER

Orientador: Delmo Arguelhes

Aluna: Ana Karina N. Leite

Curso: História

Brasília

2º semestre de 2006

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
O HISTÓRICO DOS AGUDÁS:.....	8
PIERRE VERGER: VIDA E OBRA.....	20
O OLHAR DE PIERRE VERGER SOBRE OS AGUDÁS:.....	22
RESULTADOS, INTERPRETAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS: .....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	39

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema *A Visão de um estrangeiro sobre os agudás: os “brasileiros” no Golfo do Benim sob a perspectiva de Pierre Verger*. Nosso objetivo foi o de analisar a história dos brasileiros, escravos emancipados e seus descendentes que decidiram se instalar no Golfo do Benim, no século XIX, a partir da perspectiva de Pierre Verger, em sua obra *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*.

A historiografia brasileira tende a delimitar a história dos escravos africanos até a abolição da escravidão, mas poucos são os historiadores e outros profissionais que procuram documentar a vida destes ex-escravos após 1888. Quais foram os outros destinos que eles tomaram além do trabalho assalariado e o da mendicância? Importante se faz notar que foi um etnólogo francês que se interessou em pesquisar não só o comércio de escravos entre África e Brasil, como também a sociedade brasileira que se formou neste primeiro continente com os escravos emancipados, deportados, comerciantes brasileiros e seus descendentes.

Para tanto, decidimos analisar, através da obra de Pierre Verger, de que forma o autor trata sobre os assuntos da migração entre os dois continentes, como estes novos habitantes do Benim foram recebidos pela comunidade local, os costumes e os hábitos brasileiros em contraste com os dos africanos, e a formação de uma identidade brasileira nesta região da África.

O tema sobre os agudás é pouco conhecido pela sociedade brasileira e também entre o meio acadêmico. Nas bibliotecas públicas ou particulares encontramos um número muito reduzido de obras sobre estes *brasileiros* que se instalaram em Benim. Da mesma forma que a cultura, a economia, a sociedade, a política brasileira foi influenciada pela vinda, mesmo que de forma forçada, destes africanos, os brasileiros e os ex-escravos influenciaram a história da África.

A historiografia sobre a escravidão na América portuguesa e o estabelecimento destes ex-escravos e comerciantes brasileiros no continente africano foi fundamentada nas obras de Milton Guran<sup>1</sup>, Luis Felipe Alencastro<sup>2</sup>, Alberto Costa e Silva<sup>3</sup>, Manuela Carneiro da Cunha<sup>4</sup> e Joseph Ki-Zerbo<sup>5</sup>, além da obra capital de Pierre Verger<sup>6</sup>. Esta última obra foi analisada, assim como foi proposto no projeto, sob a ótica de estudiosos da História Intelectual: Reinhart Koselleck, John Pocock, entre outros, como também no filósofo da hermenêutica Hans-Georg Gadamer.

O que vem a ser hermenêutica? De acordo com Gadamer ela é uma “disciplina clássica, que se ocupa da arte de compreender textos”<sup>7</sup>. Esta disciplina auxiliava a teologia e filosofia, e ao longo do século XIX sofreu transformações. Do ponto inicial, que era o de

---

<sup>1</sup> GURAN, Milton. *Agudás: os “brasileiros” de Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>2</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>3</sup> COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

<sup>4</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>5</sup> KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Mira-Sintra: Europa-América, 1972.

<sup>6</sup> VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

<sup>7</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, p.262.

facilitar e possibilitar a compreensão de textos literários, passou a fundamentar as atividades das ciências do espírito.

Além da tradição literária, a arte, a filosofia, a religião, o direito, entre outras criações do passado, representam um “espírito alienado e novo”<sup>8</sup>, ou seja, não estão no mundo em que de fato surgiram, nasceram, e nem se expressam mais nele. Se não estão mais no mundo em que surgiram, o seu sentido originário também já não o carregam consigo, para tanto, necessitam de um instrumento que os faça vir à tona, fazendo uma intermediação entre passado e presente. Este instrumento foi batizado a partir do nome do mensageiro dos deuses gregos, Hermes.

A hermenêutica tem como objetivo redescobrir o sentido de um texto. Enquanto os filólogos têm como objeto de pesquisa os textos clássicos, os teólogos analisam a Bíblia. Assim, sob a perspectiva de Lutero, a Sagrada Escritura possuía um sentido único, não havendo necessidades de técnicas para interpretá-la. Lutero, de acordo com a retórica clássica, entendia que a compreensão do conjunto da Escritura Sagrada levava-o à compreensão do individual, valendo o mesmo para o inverso. A compreensão do individual levava-o à compreensão do conjunto. Tendo como princípio fundamental a compreensão de um texto e suas individualidades a partir do conjunto, Gadamer concluiu que a teologia da Reforma prendia-se a um fundamento dogmático. A partir do século XVIII, estudiosos concluíram que a hermenêutica deveria se libertar de dogmas, a escritura só poderia ser compreendida a partir do reconhecimento da pluralidade de seus autores. Sendo, então, a Escritura Sagrada a reunião de fontes históricas, precisavam passar por uma interpretação não somente gramatical, como também

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.263.

histórica. Para fazer uma compreensão partindo-se do contexto do todo, também é necessário restaurar historicamente o contexto de vida a qual pertenceram as obras.

Para compreender o texto, não se faz necessário viajar até a constituição psíquica do autor, conhecer o mais profundo de sua mente. Esta compreensão pode ser feita através do entendimento da construção das opiniões do autor, enxergá-lo sob sua perspectiva. Um exemplo fornecido por Gadamer de como fazemos este processo de compreensão, é quando recebemos uma carta e ao lê-la nós procuramos entender as notícias contidas nela através dos olhos de quem nos enviou a carta, e não exatamente entender a opinião particular dele. A expectativa que temos sobre aquele assunto contido na carta, do qual temos algum conhecimento, mesmo superficial, também nos ajuda no entendimento do texto. “Compreender significa, primariamente, sentir-se entendido na coisa, e somente secundariamente destacar e compreender a opinião do outro como tal”<sup>9</sup>.

O sentido que o leitor capta é também determinado pelo momento em que intérprete está vivendo, influenciado pela situação histórica. Por isso em cada época o sentido extraído do texto poderá ser diferente, pois os interesses e as influências do leitor serão distintas a cada momento histórico. É um processo produtivo.

Entre o leitor e o autor da obra há uma distância de tempo, mas isso não é algo negativo, ao contrário, esta distância possibilita uma melhor compreensão e mais produtiva do texto. Não existe um vazio neste espaço de tempo desde que a obra foi escrita até o momento que o intérprete leu a obra. É um espaço de tempo preenchido pelas

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.441.

tradições, por heranças culturais, históricas. Segundo Gadamer é esta distância que nos possibilita chegar ao sentido verdadeiro do texto ou da obra de arte, mas este sentido não se esgota em si, não é finito, é um processo infindável.

## O HISTÓRICO DOS AGUDÁS:

Com o objetivo de adquirir metais preciosos como ouro, prata e cobre, Portugal enviou as primeiras expedições à África. Para conseguir o ouro com os nativos, os portugueses fizeram a permuta com escravos trazidos do Benim, dando início ao trato negreiro marítimo naquela região. O comércio de escravos além de dar lucro aos mercadores, mais ainda lucrava a Coroa Portuguesa, que tinha neste tipo de comércio uma forma de aumentar as receitas do Tesouro, através dos ganhos fiscais. Por último, o tráfico negreiro transforma a economia, aumentando a produção agrícola, como ocorreu nas ilhas atlânticas. Na obra de Luiz Felipe de Alencastro, há um trecho de um documento expedido pelo rei de Portugal, que em 1562 permite que trabalhadores livres da Ilha da Madeira sejam substituídos por escravos trazidos da Guiné:

Como é necessário para que as ditas fazendas possam andar sempre aproveitadas e não se danifiquem, nem venham em diminuição por falta dos ditos trabalhadores (...) me apraz lhes dar lugar e licença que possam armar na Ilha da Madeira (...) um navio (por ano) para resgatar escravos nos rios da Guiné (...) conforme a necessidade que cada um dos ditos lavradores tiver de escravos.<sup>10</sup>

Dessa forma, com a implantação do escravismo, as vantagens se refletiram no aumento da produção nas plantações de cana-de-açúcar, e no aumento dos ganhos com as taxas fiscais para a

---

<sup>10</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op.Cit.*, p.30.



Coroa. Antes de 1452 a Ilha da Madeira produzia trigo, e a partir desse período foi introduzida a cana-de-açúcar, escravos provindos das Canárias e escravos negros.

O comércio de escravos era maior na América espanhola e Ilhas Atlânticas (Canárias, Cabo Verde, São Tomé, Madeira), nos séculos XV e início do XVI. Alencastro nos revela que por volta de 1525, enquanto a América portuguesa recebeu 10 mil africanos, a América espanhola recebeu 37.500 e as ilhas atlânticas 124 mil escravos.<sup>11</sup> No fim do século XVI a chegada de africanos ao Brasil irá aumentar devido à expansão açucareira. A Coroa portuguesa, através de privilégios fiscais para com os senhores de engenho, permitia que cada um destes senhores comprasse 120 escravos pagando 1/3 das taxas.

Antes do tráfico negreiro conhecer o seu auge entre a África e Brasil, o comércio de mercadorias dentro do continente africano era muito intenso. Existiam muitas feiras onde o escambo era praticado, com maior intensidade no oeste e norte do continente. No comércio intracontinental, havia uma grande variedade de produtos americanos, asiáticos e europeus que a África importava. Alencastro denomina de “feiras de trato sertanejas” e “Portos de trato do litoral”, locais determinados onde os preços dos escravos, também chamados de “peças das Índias”, eram acordados entre os negreiros e autoridades locais<sup>12</sup>. A primeira etnia negra a vender escravos para os europeus foram os jalofos, que importavam cavalos mouros. Entre os escravos capturados por estes, estavam os fulas, hauçás, mandingas e berberes. Os fulas eram criadores de gado zebu, como também cavalos nativos da Guiné. Os cavalos desta região eram pequenos, não tinham o

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 47.

porte de um cavalo para guerrear, e por isto os cavalos árabes e todas as ferramentas para sua montaria eram trazidos pelos árabes desde o século XIV. Neste tipo de escambo cada cavalo chegava a valer de dez a vinte escravos.

O africano que era capturado por guerreiros de sua terra ou então vendido por pessoas próximas a ele, passava por muitas situações difíceis, de maus tratos, que iriam refletir imediatamente em seu estado físico e mental. Muitos que eram transportados para outro continente morriam pelas situações de precariedade nos navios, ou então preferiam a morte se jogando ao mar. Um frei italiano de nome Sorrento nos revela sua triste impressão sobre o transporte de 900 africanos de Luanda para a Bahia, em 1648, “aquele barco (...) pelo intolerável fedor, pela escassez de espaço, pelos gritos contínuos e pelas infinitas misérias de tantos infelizes, parecia um inferno”<sup>13</sup>. Estes viajantes também detalhavam como os escravos eram distribuídos nos navios, “os homens vinham acorrentados no porão, as mulheres no segundo convés, as mulheres grávidas no castelo de popa e as crianças no primeiro convés”.<sup>14</sup> Do porto até o destino final, muitos acontecimentos iriam marcar para sempre estas pessoas, da nobreza aos cidadãos comuns, que foram por motivos diversos, escolhidos para traçar este árduo caminho.

Dado fundamental do sistema escravista, a *dessocialização*, processo em que o indivíduo é capturado e apartado de sua comunidade nativa, se completa com a *despersonalização*, na qual o cativo é convertido em mercadoria na seqüência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.85

<sup>14</sup> *Idem*

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.144

Estes dois processos são acentuados conforme o número de permutas, da qual os escravos eram objetos, podendo chegar ao número de cinco, contando da sua aldeia de origem até chegar na América portuguesa. Padres ou viajantes de passagem pelo Brasil testemunhavam o tratamento dado aos escravos africanos quando chegavam nas fazendas pela primeira vez, eram açoitados para que desta forma fossem ressocializados num contexto de opressão.

Ao desumanizar uma pessoa, ao torná-la uma coisa, o opressor, no caso os senhores de escravos, conseguiria assim ter maior controle sobre eles, como também sobre sua produção. O tráfico de africanos para o Brasil remonta a segunda metade do século XVI e tem seu fim no século XIX.

Em 1745 o português Echaristis Campos visualizou o potencial da região do Golfo do Benim para comercializar os africanos com a Bahia. Logo em seguida João de Oliveira, escravo liberto, aí se instalou para dar início às transações. Pierre Verger em sua obra *Fluxo e refluxo...*, nos mostra vários casos de brasileiros, portugueses, como também ex-escravos africanos que se instalaram no Benim para trabalhar como negreiros. O caso mais conhecido é o do baiano Francisco Félix de Souza.

Em 1835 houve um aumento demográfico no Golfo do Benim com a chegada de escravos deportados do Brasil, após a Revolta dos Malês, uma revolta que ocorreu na Bahia, protagonizada por escravos islamizados. Traficantes negreiros, brasileiros e portugueses, escravos africanos libertos, escravos deportados e descendentes formam assim uma comunidade que se reconhecem como semelhantes, pois falavam o português, assimilaram a cultura brasileira, os hábitos ocidentais e, seja do lado do opressor ou do oprimido, possuíam um passado em comum, a escravatura.

Na República do Benim, as pessoas que formam esta comunidade são conhecidas como agudás, ou “brasileiros”, na Nigéria como amarôs. Os retornados de Cuba ganharam um termo peculiar: “Brasileiros de Cuba”.<sup>16</sup> Os agudás se instalaram por todo o Golfo do Benin, da Nigéria até Gana. O antigo reino de Daomé é hoje a República do Benim, capital Porto Novo, onde encontramos a maior comunidade de agudás. Para o antropólogo Milton Guran, esta comunidade não se assemelha às outras comunidades de estrangeiros, que existem em vários países, mas é antes uma “etnia” pois naquela região eles possuem uma identidade social que os elege a esta categoria, ou seja, pode-se encontrar uma pessoa da etnia fom, mina ou agudá. Todos possuem sobrenomes em português, mesmo que não tenham sido brasileiros natos, mas como escravos libertos adotaram o sobrenome de seu antigo senhor. Dentre os ex-escravos, vários foram os motivos que o levaram de volta à África, mas dentre os portugueses e brasileiros, em sua maioria buscavam enriquecer com o tráfico de escravos.

Agudá é uma corruptela de ajuda, do forte português São João Baptista da Ajuda, construído no final do século XVII, na atual cidade de Uidá. Sua construção deveu-se aos comerciantes baianos que custearam a obra. Neste forte trabalhou Francisco Félix de Souza, funcionário da Coroa de Portugal, trabalhando no início como guarda-livros do almoxarife, se tornando a autoridade suprema da fortaleza-feitoria. Verger, através de pesquisas em documentos, nos revela que Francisco Félix era conhecedor das leis e tinha noções de direito pois, escreveu um protesto em 13 artigos contra as agressões dos ingleses, um documento de 06 de novembro de 1806. Mais tarde ele se tornou o mais rico e mais influente traficante de escravos da região. Nascido na Bahia em 1754, filho de português

---

<sup>16</sup> GURAN, Milton. *Op. Cit.*, p. XIII.

com uma índia, se instalou na África por volta de 1788, onde viveu até sua morte. Francisco Félix modificou sua vida ao se unir com Gakpé, irmão do rei do Daomé, Adandozan. Dessa união ocorreu um golpe de Estado e Gakpé assumiu a coroa, agora com o nome de Guêzo, consagrando Francisco Félix o vice-rei de Uidá, com o título de Chachá, obtendo assim o direito de monopólio sobre o tráfico de escravos. A origem do termo chachá, que veio a se tornar um título, possui várias versões: pode ter sido uma variação do termo *chanchan*, que no Brasil do século XIX era uma gíria que significava falsário; outra versão muito interessante é a que se refere ao momento em que Francisco Félix fugiu de Abomé enrolado em um tipo de esteira, denominada chachá, e ao indagarem o que era aquele embrulho, os cúmplices de Félix responderam que era apenas um “chachá”.<sup>17</sup>

Os africanos que foram escravizados e levados ao Brasil não formavam um grupo homogêneo, tinham origens diversas (mina, fom, iorubá), falavam diferentes línguas e possuíam também diferentes costumes e crenças. Como nos revela Pierre Verger, os escravos na Bahia formavam pequenos grupos, unidos pela sua nacionalidade e se encontravam em pontos fixos da cidade. Ao decidirem voltar para a África, nem sempre voltavam para a região em que nasceram, por motivos diversos: pela sua tribo já ter sido eliminada; por questões econômicas no Brasil, já que havia concorrência entre escravos libertos e imigrantes europeus; ou por sua presença não ser aceita, já que foi vendido (a) por parentes ou autoridades locais. Hilário Bandeira, um agudá de Lomé, nos mostra, como exemplo, o motivo que levou seu ancestral a se tornar um escravo e por que ele não voltou à sua aldeia de origem.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.23.

O fato é que o nosso avô, que veio do Brasil com o nome de Bandeira, não era brasileiro (...) Nós viemos de Savalu. Nós somos mahis. Sua aldeia era Mokpa. Você sabe muito bem que por vezes há disputas nas famílias(...) Justino, ele se chama, mas não conhecemos seu nome verdadeiro. Por que não sabemos? Quando o traíram, quando o enganaram em Mokpa, pediram-lhe para ir a algum lugar, quando era na verdade um complô, era apenas para fazê-lo desaparecer, você percebe o que é a família (...). Chegados à Costa, eles não venderam o vovô como se vendem os escravos, em troca de bebida ou de outra coisa, dinheiro, etc. Eles deram-no de presente aos traficantes (...). Eles o levaram ao Brasil, mas para onde exatamente é uma estória que eu não sei, porque faz muito tempo (...). Quando o nosso avô ia voltar, quando eles viram que ele não era um escravo completo, quando eles libertavam os escravos nos países de origem, eles lhe perguntaram para onde ele gostaria de ser levado. Ele respondeu que partiria para Aguê.<sup>18</sup>

Em sua maioria eram escravos urbanos, o número total varia de 4 a 8 mil pessoas, segundo diferentes pesquisadores. O certo é que muitos escolheram o reino de Daomé, onde encontravam o apoio e proteção do rei Guêzo através do Chachá, que lhes concediam terras, pois também foram considerados estrangeiros, assim como os portugueses e brasileiros.

Aos olhos dos locais, os ex-escravos africanos não eram mais africanos, eram brasileiros e ainda eram considerados como escravos. Os africanos não reconheciam mais nestes retornados um semelhante, tudo neles era diferente. Suas roupas eram iguais às dos estrangeiros, vestidos, saias longas, paletó, calças. Sabiam ler e escrever, falavam o português, haviam aprendido um ofício,

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.07.

construíram as primeiras edificações da região, muitos professavam o catolicismo, enfim, eram como estranhos em sua própria terra. Apesar de serem africanos, após décadas vivendo como escravos no Brasil, assimilaram tanto a cultura brasileira que mesmo amando sua nacionalidade, eles eram identificados como brasileiros. A convivência que a maioria teve de proximidade com seus antigos senhores, os influenciou em seus costumes. Foi a referência cultural da elite da Bahia, que segundo Guran, os antigos escravos assimilaram e no Benim procuraram perpetuar. O pároco da catedral de Porto Novo comenta como é possível reconhecer um agudá.

A gente sente que os “brasileiros” têm um certo estilo, ou seja, têm uma certa educação que aparece através das suas maneiras. É o cuidado, a maneira de organizar as coisas. (...) Há uma maneira de viver. Eles têm um senso de organização. Existe uma educação mais cuidada.<sup>19</sup>

Os agudás contribuíram bastante para o desenvolvimento da agricultura e comércio desta região, não faziam apenas parte da mão de obra, metade dos “brasileiros” era comerciante. Com a experiência adquirida no Brasil este grupo formou sua própria identidade, manteve-se unido e assim conseguiu um papel, uma função nesta sociedade. Segundo Gilberto Freyre, os “brasileiros” foram responsáveis pelo começo de uma burguesia capitalista africana.<sup>20</sup> Fato interessante é que muitos dos brasileiros, como também os ex-escravos que retornaram à África, mantinham escravos autóctones, ou seja, escravos nativos em suas plantações

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.119.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.30.

ou em suas residências. Passaram por um processo muito similar ao dos seus senhores, sendo influenciados culturalmente por eles.

O Chachá ou Dom Félix, o grande traficante negreiro consolidou seu poder na época do tráfico clandestino, na primeira metade do século XIX, e ao longo deste período o rei Guêzo modificou sua política com a abertura do reino para o mundo ocidental. A economia desta região era baseada na guerra e no tráfico negreiro e gradativamente passou para uma economia de mercado, baseada na exploração do óleo de palma (Dendê) como também outros produtos agrícolas. Domingos José Martins, também baiano, se estabeleceu definitivamente em Benim em 1846, sob a proteção do Chachá. Domingos era representante comercial do sócio fundador do Banco da Bahia e da Companhia de Estrada de Ferro de Juazeiro, Joaquim Pereira Marinho. Na África, Domingos conseguiu, através do tráfico negreiro, construir uma fortuna, e com a morte de seu protetor, ele ocupava o lugar de maior negreiro da região. Mais tarde, com uma visão empreendedora, ele se dedicou também ao comércio do óleo de palma. Seu pai, de quem recebeu o mesmo nome, foi diretor do Banco do Brasil, como também um personagem relevante na história política deste país, participando à frente da revolução republicana de Pernambuco, em 1817.

Os africanos que viveram como escravos no Brasil e tiveram a oportunidade de voltar à sua terra natal, levaram consigo sua família, seus filhos nascidos no Brasil, os crioulos. Não só a diferença entre geração, mas como também a diferente formação que tiveram, fez com que pais e filhos tivessem expectativas diversas quanto ao retorno à África. Alguns jovens viam na terra de seus pais uma sociedade ainda atrasada, uma visão etnocêntrica bem característica dos europeus, considerando esta região “selvagem”. No Brasil haviam sido batizados, aprendido e introjetado todos os



valores do catolicismo, e assim continuaram professando esta religião na África, para isto também construíram capelas. Para os nativos, ser católico era sinônimo de ser branco, e por mais que a cor da pele fosse a mesma, os africanos católicos eram sempre considerados mais brancos.

Para Milton Guran, estes ex-escravos que chegaram ao Benim após os primeiros comerciantes portugueses e brasileiros que lá se instalaram, só conseguiriam ser reconhecidos como membros desta comunidade utilizando-se da sua condição de católicos. Este era um importante traço que os diferenciava dos outros africanos. Nesta região não há sincretismo religioso da mesma forma como há no Brasil, principalmente na Bahia. Para os beninenses os cultos religiosos se contrapõem e se complementam. O vodú, por exemplo, não é um culto dirigido a Deus e sim às coisas terrenas, “o vodú é para comer, para beber, para ter filhos, ter dinheiro, não é de jeito nenhum um culto celebrado a Deus”<sup>21</sup>, não havendo a necessidade de superposição de entidades. Mas um ponto em comum entre os dois continentes é a tolerância religiosa. Numa mesma família há pessoas de diferentes religiões, católicos e muçulmanos convivem em paz.

Os primeiros muçulmanos a chegarem nesta região não foram os malês deportados do Brasil. Em 1776 os iorubás da atual Nigéria propagaram o islã, se instalando em Porto Novo. Apesar de serem adeptos da mesma religião, os muçulmanos da África consideravam que os “brasileiros” não tinham um conhecimento profundo do Corão e isto trazia algumas divergências entre o grupo. A Grande Mesquita de Porto Novo foi projetada por um ex-escravo, Ignacio Souleimam Paraíso, que enfrentou a oposição do grupo de muçulmanos africanos.

---

<sup>21</sup> *Apud* GURAN, Milton. *Ibidem*, p. 93.

Foi através das relações com os ricos traficantes negreiros e pelas habilidades desenvolvidas enquanto escravos no Brasil que os agudás formavam um grupo com status, influência política e econômica. Para se ter noção do prestígio de ter um sobrenome português, a família Olivier da França, que chegou a Uidá em 1623, com o passar do tempo modificou seu sobrenome para Oliveira. Os casamentos eram sempre feitos entre indivíduos da comunidade, prática conhecida como endogamia. As filhas de Dom Félix eram casadas com outros traficantes negreiros, o que possibilitava a união de força, influência e dinheiro. Todos seus filhos se vestiam à maneira ocidental, sua casa era enorme e recebia outros negreiros em sua moradia, mas de forma apenas profissional, não havia conversas íntimas. As refeições eram fartas, talheres, pratos, sopeiras, tudo vinha da Europa.

Os agudás mantiveram algumas tradições da cultura brasileira como a Burrinha, o Bumba-meu-boi e a Festa do Nosso Senhor do Bonfim. A Burrinha é um folguedo muito semelhante ao Bumba-meu-boi, porém não encontramos mais esta celebração no Brasil.

Na Bahia descreve-o Manuel Querino: “a burrinha é um indivíduo mascarado, tendo um balaio na cintura, bem acondicionado, de modo a simular um homem cavalcando uma alimária, cuja cabeça de folha-de-flandres produzia o efeito desejado. A música se compunha de viola, canzá e pandeiro. O divertimento semelhava-se aos dos ternos: a diferença, apenas, estava na presença da burrinha dançando, e nas chulas (...) O rancho da burrinha, que tirava os reis no dia 06 de janeiro, ocorria noutros lugares do Brasil e convergiu para o bumba-meu-boi, onde aparece dançando ao som das cantigas.”<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Apud CASCUDO, Luis Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1984, p.155.

No Benim a Burrinha é conhecida como *Bourian*. Além do personagem principal que é a burrinha, acompanham-na outros animais e bonecos gigantes, como os bonecos de Pernambuco. Entre estes bonecos há a deusa do mar, *Mammywata*. A festa é acompanhada por músicas cantadas em fom, nagô, gum e poucas em português. Esta celebração é muito popular neste país e engloba outros cidadãos, além dos agudás.

Na maioria das cidades do sul do Benim a Festa do Bonfim se limita a uma missa seguida de um almoço em família. Mas em Porto Novo, onde a concentração de “brasileiros” é maior, a estrutura da festa continua a mesma. Há um desfile na noite anterior à missa, com som e fantasias os participantes anunciam a festa ao povo, andando pelas ruas principais da cidade, parando à frente das casas dos agudás, chamando-os para a celebração. Há tambores, bumbo, trombone e clarinetas, os vestidos das mulheres são longos e outras vestem fantasias de carnaval.

Durante a missa os membros da Irmandade se vestem de branco, homenageando Oxalá, como também uma faixa em cores verde e amarelo sobre o peito escrito “N.S.do Bonfim” e carregam o estandarte da Irmandade Brasileira Bom Jesus do Bonfim de Porto Novo. O último momento da festa é saborear pratos beninenses e pratos brasileiros como a “feijoadá” e o “kousidou”, e mais tarde assistir a apresentação da burrinha e participar do baile. A tradição conta que foi o ex-escravo Simplicio Gonzalo quem introduziu a Festa do Senhor do Bonfim, como também a Burrinha. Atualmente a festa é a celebração para todos os agudás, sejam católicos ou muçulmanos, mesmo que ainda haja divergências entre eles.

## PIERRE VERGER: VIDA E OBRA

Pierre Édouard Léopold Verger, assim foi registrado ao nascer, mas mais tarde preferiu ser chamado de Pierre Fatumbi Verger. Nascido em Paris, em 1902, Verger se tornou fotógrafo. Sua grande paixão, além da fotografia, eram as viagens solitárias, como a viagem feita de bicicleta pela Espanha. Entre 1938 e 1946, Verger percorreu o México, Antilhas, China, Estados Unidos, Filipinas, Vietnã, Camboja, Laos, Guatemala, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e finalmente o Brasil.

Verger chegou ao Brasil em 1946, por Corumbá e depois seguiu para a Bahia, indicação dada por Roger Batiste. Apaixonando-se pelo povo baiano, com estes descendentes dos escravos que mantinham a sua identidade através da religião. Foi então que surgiu seu interesse em pesquisar pela cultura negra e pelas religiões originárias da África. Tomou a decisão de residir na Bahia, onde viveu 50 anos, dos quais 17 entre Salvador, Benin e Nigéria. Em 1948 foi introduzido ao Candomblé, ultrapassou os limites de um pesquisador e se integrou a esta religião. Foi iniciado babalaô, ou seja, um adivinho na arte adivinhatória do Ifá, mudando seu nome para Pierre Fatumbi (renascido pelo Ifá) Verger, daí a sua preferência por este novo nome.

No ano de 1949, no Daomé, descobriu 112 cartas enviadas por José Francisco dos Santos, mais conhecido como Zé Alfaiate, devido a sua primeira profissão como alfaiate. Dos Santos, era baiano, se instalou em Uidá e passou para o comércio negreiro e depois o comércio de óleo de palma. Suas cartas estavam sob a proteção de

seu neto, Sr. Tiburcio dos Santos. Nelas estão contidas detalhadamente as atividades comerciais do tráfico nos períodos entre 1844 e 1847, como também entre o período de 1862 e 1871. A partir de então Verger dedicou 17 anos de sua vida na pesquisa que resultou na obra *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*.

Este livro contém 16 capítulos que revelam as ações dos comerciantes, corsários, negreiros, embaixadores na costa africana, as consequências econômicas e sociais do tráfico negreiro, as condições de vida dos escravos na Bahia, revolta e revoluções do início do século XIX protagonizadas pelos escravos, o perfil dos traficantes e comerciantes que se estabeleceram no Golfo do Benim e a formação de uma sociedade brasileira nesta região. Com esta obra, Verger recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Paris, Sorbone, mesmo não tendo concluído o segundo grau. Além de Doutor, também foi considerado o embaixador das relações culturais entre a África e o Brasil.

Para quem conviveu com este intelectual autodidata, Verger não modificou sua vida simples e nem se desviou de seus propósitos de continuar pesquisando e redigindo mais livros, devido às homenagens que lhe eram dadas. Sempre morou na pequena casa de em um bairro pobre de Salvador.

## O OLHAR DE PIERRE VERGER SOBRE OS AGUDÁS:

De acordo com Pierre Verger, o tráfico de escravos para a Bahia pode ser dividido em quatro ciclos: 1º - Ciclo da Guiné (séc. XVI); 2º - Ciclo de Angola e do Congo (séc. XVII); 3º - Ciclo da Costa da Mina (séc. XVIII); 4º - Ciclo da Bahia de Benim (séc. XVIII e XIX).

Africanos de várias partes do continente foram capturados ou vendidos para os negreiros. Na América portuguesa chegaram africanos de diversas nações que se concentraram em diferentes regiões, dependendo da época em que foram enviados. Disso dependia a demanda para o trabalho nas minas de ouro, plantações de cana e engenhos do nordeste ou plantações de café no sudeste. Atualmente encontramos características da cultura dos povos nagô-iorubás na Bahia exatamente por terem participado do ciclo mais recente, fazendo com que a herança cultural esteja mais viva e presente que em relação à cultura dos povos mina, por exemplo. Na opinião de Verger, a presença forte da cultura iorubá na Bahia deve-se, também, ao fato de que muitos dos escravos que vieram para o Brasil, faziam parte da elite local ou então eram religiosos, o que os fizeram dar mais valor à sua cultura e dificuldade em assimilar outra de forma impositiva.<sup>23</sup>

Os escravos podem ser classificados de acordo com o trabalho exercido: escravo de ganho, escravo doméstico e escravo de plantações ou minas. Os escravos domésticos, como o nome nos indica, trabalhavam na residência do seu senhor, seja na cozinha ou na limpeza; eles moravam e tinham uma convivência próxima com

---

<sup>23</sup> VERGER, Pierre. *Op.Cit.*, p. 27.

seus donos. Os escravos de plantações ou que trabalhavam nas minas eram, segundo o autor, os que mais sofriam devido ao tipo de trabalho árduo. Já os escravos de ganho possuíam uma certa liberdade, pois seu trabalho era nas ruas ou outros locais oferecendo a terceiros seus serviços de carpintaria, marcenaria, sapateiro, dentre outros. Vários eram os tipos de trabalho destes escravos, dificilmente imaginaríamos que naquela época poderia haver uma banda de música composta por escravos ou então um pedreiro, sapateiro, oficiais de charuteiro, remador de saveiro, artesão e até o governo se utilizava dessa mão-de-obra escrava para trabalhar nos arsenais, estaleiros públicos, nas construções das embarcações de guerra e navios mercantes. Muitos destes escravos que trabalhavam nas ruas, chamados de escravos de ganho, eram escravos já alforriados ou então muito próximos de comprar a alforria, ou seja, comprar a sua liberdade, não tinham uma vida tão penosa quanto se possa imaginar, e gozavam de certa liberdade.

Sobre as condições de vida dos escravos, Verger cita Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Para Nina Rodrigues os escravos se isolavam da sociedade para assim manter suas tradições, o que em parte é aceito por Pierre Verger, que segue a mesma interpretação de Gilberto Freyre quando conclui que essa integração não dependia apenas do caráter dos escravos, mas também do ambiente em que viviam, do tipo de trabalho para o qual eram designados, dependia do caráter do seu senhor e de seus companheiros. Pode-se afirmar que a vida dos escravos, os seus comportamentos e as suas perspectivas não eram homogêneos.<sup>24</sup>

Dentro desta classe de escravos, que se formou na sociedade brasileira, havia grupos particulares que se diferenciavam pela condição social, raça e cor. Distinguiam-se entre africanos e

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 515.

crioulos, negros e mulatos; escravos domésticos, escravos de ganho, escravos de plantações ou minas. Assim como Freyre, Verger recorreu a jornais, inquéritos judiciais e testamentos para encontrar maiores detalhes sobre as condições de vida dos escravos.

Verger ressalta que ao pesquisar alguns anúncios da época era difícil diferenciar se o anúncio era sobre uma pessoa ou um animal, pois cabra também significava uma escrava mulata. Os anúncios mostram não apenas atitudes desumanas, mas também de gratidão, de estima dos senhores pelos seus escravos, de tristeza e falta de compreensão pelos motivos que levavam alguns a cometer o suicídio. Verger, na sua procura de riqueza de detalhes, cita anúncios com preços de consultas, vendas de artigos e de tecidos especificamente para os escravos, como zuarte liso, chita e brins.

Este autor procura sempre colocar uma gama de citações, opiniões e documentos de diversas pessoas para que elas sejam confrontadas e para que o leitor tenha acesso às diferentes informações obtidas sobre os comerciantes negreiros, sobre o universo em que os africanos viviam no Brasil e também sobre a integração, e a falta dela, entre os escravos e os seus senhores.

Diversas pessoas que conheceram pessoalmente Francisco Félix de Souza, o Chachá, ou viveram na mesma época e assim recebiam informações sobre ele, tinham opiniões diversas e contraditórias sobre o caráter dele. Para alguns ele era uma pessoa depravada, que foi deportado do Brasil por consequência de problemas políticos, por emissão de falsa moeda, enquanto para outras pessoas ele era uma pessoa muito generosa, sendo seu único defeito traficar escravos. Verger revela várias citações de pessoas opinando sobre Francisco Félix de Souza, como o fez o príncipe de Joinville:



Iria eu ver um curioso personagem, mais rei em Ouidah que o próprio rei do Daomé, que não pode passar sem ele, pois é o fornecedor dos fuzis e da pólvora para ir à guerra, e da aguardente para exaltar as amazonas. É um brasileiro chamado Don Francisco de Souza, mais universalmente conhecido sob o nome de Xaxá, domiciliado em Ouidah faz 43 anos e negreiro veterano, de quem os ingleses tomaram trinta e quatro navios, dos quais dois ainda recentemente. Pequeno ancião de olhar muito vivo e de rosto expressivo, dizem que tem dois mil escravos em seus barracões e é pai de oitenta filhos machos; não contaram as filhas. Todos os seus filhos são educados convenientemente, os vejo passearem vestidos de branco e com a cabeça coberta com chapéus de panamá. São em geral mulatos muito bonitos. <sup>25</sup>

Para o autor, o melhor estudo feito sobre Chachá é o de Sir Henry Huntley, comandante da fragata *The Tinnete*. Nas citações sobre o seu dia-a-dia, são feitos comentários sobre o comportamento de Chachá e o seu papel na sociedade: “Embora De Souza se entregasse àquela ocupação, conservou sua posição de governador quando era necessário assumi-la em diversas circunstâncias...”<sup>26</sup>. Francisco Félix de Souza faleceu em 08 de maio de 1849, aos 94 anos. O rei de Daomé, Guêzo, pretendia celebrar sua morte com rituais da sua cultura, sacrificando sete pessoas, o que não foi permitido pelo filho do Chachá, Isidoro Félix de Souza, pelo fato de seu pai ser branco.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.491.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.493.

<sup>27</sup> GURAN, Milton. *Op.Cit.*, p.31.

Ao comentar sobre os cristãos entre os agudás, Verger utiliza-se de citações de padres franceses, missionários que se surpreenderam com uma característica dos católicos da comunidade agudá, que é a tolerância e principalmente o respeito destes com os deuses das religiões africanas. Outro fato relevante era uma atitude de equiparação dos cristãos frente ao rei do Benim, enquanto os nativos pagãos mostravam-se explicitamente inferiores e submissos a esta figura da qual se deve toda obediência. Inclinar-se ao chão e jogar terra sobre suas cabeças era uma mostra desta submissão.<sup>28</sup>

Estes africanos que retornaram não eram mais reconhecidos como da raça negra, eram tidos como brancos, devido à adoção da religião católica, do batismo e das influências culturais européias. O que unia esta nova sociedade era o catolicismo. Verger ao escrever sobre as religiões adotadas pelos membros desta sociedade, revela um lado quase romântico dos agudás ao expor a saudade, o desejo deles de querer manter os costumes adquiridos no Brasil. Muitos dos escravos islamizados adotaram a religião muçulmana no Brasil como forma de protesto, mas ao retornar para a África este sentimento de rebeldia havia diminuído, fato que os fizeram se aproximar mais dos cristãos que dos muçulmanos que não faziam parte da sociedade agudá.

Esta projeção cultural brasileira, estabelecida fora do Brasil, ocorreu na costa atlântica da África. Os padrões de comportamento destes escravos emancipados não eram mais essencialmente africanos, nem inteiramente europeus, formando conseqüentemente uma cultura que unia a já então miscigenada cultura brasileira, formada pela influência dos portugueses, índios e africanos, agora

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 91.

acrescentando esta nova forma de entender-se como “africanos abasileirados” e “brasileiros africanizados”, os agudás.

Mesmo com a colonização francesa, ocorrida no fim do século XIX, no Benim, muitas características da cultura brasileira que os ex-escravos retornados e brasileiros levaram para este continente foram mantidas. A Festa do Bonfim e alguns pratos da culinária são os maiores exemplos, pois a língua portuguesa que era a oficial quando os franceses lá chegaram, já não é falado entre os agudás, somente algumas pessoas de idade mais avançada ainda guardam em sua mente um pequeno vocabulário português. A escola da Missão Católica de Lyon, que se estabeleceu em Uidá em 1862, ensinava em português naquela altura, e apenas para os Agudás.

Mas da mesma forma que os africanos influenciaram a língua portuguesa, esta deixou suas marcas no Benim. Em muitas línguas da região, o português foi assimilado no vocabulário. Na língua fom, por exemplo, a palavra copo tem a mesma grafia, garfo recebe mais uma vogal – *garfou*, assim como cama - *acama*. Muitas destas palavras indicam objetos que não existiam antes da chegada dos agudás, e outras que se referem ao catolicismo: páscoa - *paskóa*. Esta comunidade também foi de grande importância para os franceses, quando da colonização, pois eles eram praticamente os únicos alfabetizados da região e assim obtiveram importantes funções na administração, mas sempre sob a tutela dos europeus.

Outro grupo que se forma nesta parte da costa da África é o dos retornados de Serra Leoa, conhecidos como *Aku* ou *Sarô*. Diferentemente dos “brasileiros”, os *Sarô* haviam se convertido ao protestantismo e falavam uma língua baseada no inglês, o crioulo. Comparando as anotações de funcionários britânicos e viajantes, Verger revela que aqueles distinguiam hierarquicamente os agudás

dos Sarô, classificando os primeiros como mais superiores, herança dos hábitos disciplinares adquiridos durante a escravidão brasileira, enquanto os segundos eram despossuídos desta educação não oferecida em Serra Leoa.

É fato que muitos dos ex-escravos retornados haviam aprendido um ofício no Brasil, mas muitos outros foram enviados à Bahia com o objetivo único de lá se qualificarem e assim suprir a falta de mão-de-obra especializada na região do Benin. Verger nos revela este fato através de uma carta:

Senhor Luís Xavier de Jesus, em Judá.

Bahia, 30 de agosto de 1841.

Recebi os bons escravos que me enviou para aprenderem a ser pedreiros. Eles me foram entregues pelo senhor Antonio Xavier em seu nome. Um se chama Inácio, outro Francisco e o ultimo, Domingo; eu os recebi com muito gosto, para fazer com que aprendam esse ofício.<sup>29</sup>

Outros instrumentos utilizados por Verger são fotos da população beninense e de agudás nas comemorações da festa do Bonfim, entre outras ocasiões, e telas que retratam autoridades e figuras importantes da sociedade local. As pinturas são meios pelos quais encaramos as diversas perspectivas de opiniões que foram construídas sobre uma mesma pessoa (por exemplo, acrescentando ou omitindo características físicas, vestimentas, objetos que não eram originais), enquanto as fotos nos levam a enxergar um universo mais próximo à realidade. O filho de Francisco Félix de Souza, Isidoro de Souza, também foi retratado em uma pintura. Verger nos revela comentários que são totalmente distintos sobre a mesma pessoa. São julgamentos do aspecto físico e mental do Cachá.

---

<sup>29</sup> VERGER, Pierre. *Op.Cit.*, p. 637.

Benjamim Campbell, cônsul inglês, chegou a Lagos em 1853. Percebendo a situação dos ex-escravos que pretendiam se estabelecer nesta região, provindo do Brasil e de Cuba, o cônsul articulou uma proposta a estas famílias com o objetivo de suprimir a atividade do tráfico de escravos.

Tendo verificado que essa gente é trabalhadora e conduz-me bem, não hesitei em prometer-lhes que, no futuro, eles receberiam toda a proteção que a influência de minha posição me permitia exercer, com as seguintes condições:

1ª - que considerassem Akitoyê como o verdadeiro rei de Lagos; 2ª - que abandonassem todas as relações com o comércio de escravos; 3ª - que deviam apresentar e registrar neste consulado uma lista de todos os chefes de família (o que já fizeram); 4ª -que enviassem os filhos às escolas dos missionários...[protestantes]... para a instrução e para aprenderem a nossa língua, o que representa uma força de oposição ao tráfico de escravos. <sup>30</sup>

Campbell acreditava que os comerciantes de escravos e os escravos retornados não iriam manter nenhum vínculo amistoso devido ao passado marcado pela escravidão. A viagem de volta à África não era muito segura, muitas famílias perdiam seus bens para os capitães dos barcos, como também ocorriam de serem desembarcados à força em portos que não eram de sua vontade, arriscando-os a serem mortos ou feitos prisioneiros novamente. O cônsul, através da autoridade de que lhe era investida, mesmo um tanto limitada, tentava evitar que fatos como estes ocorressem. Para isso, enviava ofícios e solicitações ao governo britânico e brasileiro. Após dois anos do envio de um ofício ao governo do Brasil, o ministro das Relações Exteriores brasileiro respondeu:

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.644.

O governo brasileiro faz uma distinção entre os africanos que têm o direito à liberdade, por terem sido ilegalmente importados no país, e os que nasceram no país e obtiveram em seguida a liberdade, independentemente do governo, que não tem controle algum sobre eles e não pode intervir em seu favor. É nesta última categoria que se encontram os negros mencionados no ofício do cônsul Campbell; em março de 1856, vinte e três africanos livres e dezoito crioulos partiram no *General Rego* e três africanos livres e três crioulos na escuna *Emília*. Nenhum deles foi banido; todos solicitaram passaportes voluntariamente.<sup>31</sup>

Na última década do século XIX, as autoridades de Lagos se empenharam em um novo empreendimento, a criação de uma linha de navegação a vapor entre a Bahia e Lagos. Com esta linha não só o comércio externo de Lagos iria beneficiar-se. Com o retorno de mais iorubás repatriados (era assim que estas autoridades denominavam os agudás), a cidade teria mais mão-de-obra e a agricultura também desenvolveria-se nesta região. Os ingleses tinham conhecimento dos trabalhos a que eram submetidos os escravos no Brasil, os tipos de cultura praticadas por eles. Os objetivos dos ingleses estão bem expressos nas anotações de Sir Moloney:

A mão-de-obra no Brasil é constituída sobretudo de antigos escravos e de seus descendentes, e de negros escravos. Só a Bahia, segundo um relatório consular que ata de 1884, tem 108.000 escravos de todo o império do Brasil; os trabalhos para que são arrastados são a cultura de cacau, café, arroz, índigo, algodão, fumo e para a colheita da

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.646.

borracha. Todos esses produtos existem já na colônia ou podem ser facilmente aclimatados aqui.<sup>32</sup>

O vapor *Biafra* fez a viagem inaugural a 16 de agosto de 1890, mas após sua segunda excursão, com um número menor de passageiros em comparação à viagem anterior, esta iniciativa não foi a frente. Os escravos emancipados preferiam fazer a viagem em pequenos veleiros.

Verger tem o cuidado de nos revelar o cotidiano desta sociedade de retornados do Brasil e Cuba, em Lagos. Através de artigos de jornais com o *Lagos Times* e *Lagos Observer*, temos conhecimentos das comemorações feitas em homenagem à abolição da escravidão no Brasil, como também do nascimento de Dom Pedro II. Em um diário da Escola São Francisco Xavier, faz-se menção à ausências de muitos alunos que faltaram às aulas devido a chegada de muitos parentes vindos do Brasil. A reunião da comunidade agudá no porto para recepcionar amigos ou parentes era muito comum.

Sabemos que as travessias entre os dois países nem sempre eram feitas sob os cuidados que uma viagem pelo Atlântico requer. Vidas eram perdidas devido à doenças e perdas materiais em consequência das más intenções dos capitães. Pierre Verger teve a felicidade de encontrar sobreviventes, em Lagos, de uma travessia ocorrida em 1899, na qual passageiros faleceram devido a febre amarela. Chegando ao porto de Lagos, foram forçados pelas autoridades a permanecerem na embarcação sob quarentena. Verger conversou com algumas destas pessoas, que foram para a África ainda criança, netos dos africanos emancipados, nascidos no Brasil. Assim como os seus antepassados desejaram voltar a sua terra natal, à África, estes brasileiros que há muito viviam neste

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 654.

continente, desejavam profundamente voltar ao Brasil, onde nasceram. Desejo este que foi concretizado pela senhora Romana da Conceição, que no ano de 1965 esteve no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Nesta viagem a senhora Romana reencontrou parentes, conheceu outros descendentes de africanos que residem no Brasil e foi também recebida por governadores e pelo presidente da República. Outros agudás também puderam voltar a sua terra natal. São estas viagens, estes reencontros que Pierre Verger encara como o início da retomada de aproximação dos dois países, um movimento que teve início nas famílias agudás e agora penetra e sensibiliza os meios acadêmicos e políticos. A Bahia e o Golfo do Benim tem um passado em comum que o presente revela em suas diversas formas na sociedade.



## RESULTADOS, INTERPRETAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS:

As citações, opiniões de deputados, viajantes, padres, abades, como também de intelectuais, servem para corroborar os diversos pontos de vista sobre os agudás. Desta forma o leitor tem a possibilidade de traçar o perfil dos membros desta comunidade, como também de outros personagens desta história. São instrumentos utilizados na obra para estreitar a distância temporal, e termos contatos com diferentes valores morais, culturais entre os europeus, africanos e brasileiros. É através das anotações destas pessoas que viveram no fim do século XIX e início do XX que podemos delinear e nos aproximar dos acontecimentos vividos. São elas as co-autoras da obra de Verger, que tornam possível a construção, o resgate desta fase da história do Brasil. São anotações feitas por diversas pessoas, de diferentes cargos, nacionalidade, gênero e em diferentes épocas, como também documentos oficiais, pessoais, artigos de jornais, entre outros. Todos são de grande valia para Verger, pois assim ele traça uma rede de informações que sustenta sua pesquisa e possibilita ao leitor não só recriar o momento, como também fazer uma ponte de ligação com as tradições do passado e presente.

No livro de tutelas e inventários da Vila de S. Francisco do Conde, Bahia, há um levantamento do número de escravos feito entre 1737 e 1841, distinguindo-se entre jeje, mondobi, ladá, maquim, savaru, mina, guiné, nagô, barba, tapá, ussá, carabari, S.tomé, congolês, angola, bengala, cabinda, moçambicano, africano, gentio da costa, lengoa, crioulo, cabra, pardo, mulato, mestiço, caboclo e não indicados. Essa lista não é exata pois não houve um levantamento desde o primeiro ciclo do tráfico, no século XVI, mas é

um importante documento que nos mostra que o maior número de escravos neste período eram os crioulos, 741.

Em 1850, com a proibição do tráfico de escravos, ocorreu um processo que resultou na discriminação de africanos emancipados e escravos. Com a chegada de milhares de colonos brancos ao Brasil, a concorrência por trabalho braçal aumentou, os salários dos negros diminuíram e assim surgiu também a vontade destes africanos e crioulos de residir na África. A Festa dos Saveiristas é um registro deste processo de expulsão, como nos revela um anúncio da época, celebrando uma década do fato: “Festa dos Saveiristas. Hoje é o aniversário da admissão dos homens livres para o serviço dos saveiros, excluídos os africanos e os escravos (jornal da Bahia, 1º nov. 1861)”<sup>33</sup>

Verger chama a atenção para o número de passaportes expedidos na Bahia, do ano de 1820 a 1868. Como já foi mencionado anteriormente, o número de pessoas que saíram da Bahia e aportaram no Golfo do Benim no ano de 1835, devido a revolta dos Malês, é considerável. Foram 635 passaportes no total neste ano, sendo 422 de africanos e 231 de outras nacionalidades. O maior número de passaportes foi no ano de 1830, com 1.578. O menor número foi no ano de 1834, com 42 passaportes.

Os tipos de embarcações usadas para o transporte de escravos entre a África e o Brasil são citadas na obra de Pierre Verger, tais como brique, bergantim, sumaca, chalupa, goeleta, iate, falucho e caíque.

---

<sup>33</sup> *Apud* VERGER, Pierre. *Op.Cit.*, p. 565.

De acordo com Pierre Verger, a volta dos africanos emancipados à África foi resultado de uma influência espontânea, pois retornaram por sua própria vontade, e uma influência involuntária, de sofrimento, causada pelas medidas da polícia, consequência das revoltas. Essa viagem de retorno revelou como a cultura brasileira enraizou-se nestes africanos que viveram sob o marco da escravidão, e com fidelidade transplantou esta cultura para o seu continente, através de celebrações folclóricas como o Bumba-meu-boi, Burrinha, a Festa do Nosso Senhor do Bonfim, pratos brasileiros como o feijão-de-leite, moqueca de peixe, pirão. Fidelidade esta que podemos comparar com a dos descendentes de africanos que mantém no Brasil, mais especificamente na Bahia, os cultos aos deuses, religiões, celebrações e línguas africanas.

Como marco na história da literatura sobre a escravidão, a obra de Pierre Verger auxilia enormemente estudantes, pesquisadores, professores e profissionais de várias áreas de estudo. É uma obra que certamente deve ser lida não só por pessoas que têm interesse neste campo, mas todos os brasileiros, descendentes ou não de africanos, aprenderão muito sobre o passado do Brasil, dos habitantes daquela época, a ligação existente com o continente africano. Perceberão que nem todos escravos lutaram contra a escravidão, ao contrário, alguns colaboraram diretamente através do tráfico.

Através de dezessete anos de pesquisa, levantando documentos, cartas, mapas, Verger nos deixou um legado, do qual podemos retirar várias impressões sobre os personagens intrigantes, como foi Francisco Félix de Souza, e outros personagens que nos emocionam pelo orgulho de serem descendentes de africanos que viveram no Brasil como escravos, mas a cultura que adquiriram é

para eles uma certidão, uma comprovação de possuírem uma ligação legítima com o Brasil.

A obra de Milton Guran, *Agudás: os "brasileiros" do Benim*, foi essencial para complementar a pesquisa sobre essa sociedade devido a sua visita à República do Benim ter ocorrido mais de 20 anos após a visita de Pierre Verger ao mesmo local. Suas investigações aprofundaram os conhecimentos sobre o cotidiano destas pessoas como também nos revelaram a situação mais recente dos agudás.

Os membros que formaram a sociedade agudá no Benim se dirigiram para esta região por motivos diversos: estabelecer o comércio de escravos; a deportação de escravos rebeldes; a saudade da terra natal. Mas os fatores que os levaram a formarem uma sociedade foi o reconhecimento mútuo de costumes e práticas comuns, como também fatores financeiros. As autoridades locais e membros da burguesia apoiavam e motivavam a imigração com a intenção de obter mão-de-obra especializada.

Através da obra de Verger, podemos extrair algumas impressões sobre o perfil dos agudás. As viagens realizadas por este autor, a partir da década de 50, nos revela um agudá que apesar de amar a sua terra, não se enxergava como um africano igual aos seus patrícios, que sempre residiram naquele continente. Ele era um africano abasileirado, que uniu as suas influências sociais e religiosas, construídas durante sua vivência na África, com as influências recebidas no Brasil, espelhando-se em seus donos e na sociedade baiana. Esta nova identidade, soma de duas culturas, foi concebida no Brasil, porém, foi na região do Benim que os ex-escravos, agora conhecidos como agudás, tiveram espaço para

revelar esta nova identidade. Do contrário, seriam apenas africanos que assimilaram a cultura Brasileira, entretanto, residindo no outro lado do Atlântico podemos reconhecer quão forte a cultura brasileira enraizou-se neste grupo. Eles não apenas levaram consigo as tradições, as festas, os costumes aprendidos no Brasil, como também passaram estas tradições aos seus descendentes e divulgaram à sociedade beninense em geral, como no caso da Festa do Nosso Senhor do Bonfim, onde toda a população da cidade tem a oportunidade de assisti-la e participar. Estes primeiros escravos emancipados que retornaram à África sentiram a liberdade de seguir a religião católica, seguir o islamismo ou então abandoná-lo, já que em alguns casos era apenas uma forma de protesto, e a liberdade de unir a fé católica com a fé aos voduns, pois os voduns cuidam dos interesses terrenos.

Entretanto através da obra de Guran, o qual esteve em contato com esta sociedade na década de 90, podemos perceber um perfil dos agudás ligeiramente diferente dos seus antepassados. Os costumes caseiros ainda são mantidos, a organização dos espaços internos, o cuidado com a aparência ao estilo dos brancos, principalmente em relação ao cabelo. Mas estes novos agudás se sentem completamente africanos, suas preocupações políticas e sociais se voltam quase que inteiramente ao seu país, ao seu povo, além de que a França, com sua presença colonialista, ocupou este espaço social em que o Brasil dominava como influência estrangeira. Mas mesmo com um novo perfil, os agudás se orgulham do seu passado, dos seus antecedentes que muito ajudaram no desenvolvimento da região, e se orgulham também das influências provindas da cultura brasileira.

Para Verger, as viagens promovidas por alguns membros desta sociedade brasileira no Benim para o Brasil, realizadas a partir da década de 60, é um anúncio de que o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos voltam a se reaproximar.

#### FONTE PRIMÁRIA:

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASCUDO, Luis Camara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2003.5ed.

GURAN, Milton. *Agudás: os brasileiros de Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HARLAN, David. "A história intelectual e o retorno da literatura", In: Margareth Rago. *Narrar o passado, repensar a história*. São Paulo: Unicamp, 1997, pp. 15-66.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Mira-Sintra: Europa-América, 1972.

KOSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos". In: *Estudos históricos Nº 10*. Rio de Janeiro: FGV, 1992, pp. 34-46.



LOVEJOY, Paul E. *A África e a escravidão: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

POCOCK, John G. A. *Linguagem do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

UNESCO. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Vol I. São Paulo: Ática/Unesco, 1982.